

ANTÓNIO BORGES COELHO

Senhores da Navegação,
da Conquista e do
Comércio

CAMINHO

ÍNDICE

Nota do Autor	13
---------------------	----

I. PRIMEIRA RESERVA DO MUNDO

Primeira reserva do mundo recém-descoberto

e a descobrir	17
A bula <i>Romanus Pontifex</i>	18
Reserva e <i>Mare Clausum</i>	20
Modelos da expansão portuguesa quatrocentista	27
Conceitos título intenções.....	27
«Lezírias» de Guiné e bulas papais	29
Fases e modelos	31
Sentidos da História	33
Causas e contradições.....	34
Atores singulares e coletivos.....	37
Descobertas	39

Os argonautas portugueses e o seu velo

de oiro (séculos xv-xvi)	41
Conquista navegação comércio.....	41
Caravelas e falcões	44
Os navegantes	47
Bases e fortalezas	49
Fundamentos e modelos.....	51
Reserva do mundo a «descobrir»	52
Os reis empresários.....	54
A mente move-se.....	59

A formação do Estado português da Índia	63
Uma longa viagem	63
Guerra comercial marítima.....	66
Cartas de 1507 e presas de Malaca.....	67
Modelos para a conquista do comércio	70
Navios e fortalezas	73
A gente de armas	77
Riquezas e fama	78

II. NOVA GENTE

Mercadores portugueses nos séculos XIV e XV	83
Lisboa	85
Mercadorias	87
Capitais	90
Lei da Construção Naval e Bolsa de Seguros Marítimos	92
Mercadores do Porto	94
Concelhos	95
Mercadores estrangeiros	96
Mercadores do rei	98
Revolução de Lisboa	99
Conquista de Ceuta	100
O hábito da mercadoria é «limpo»	102
Portugal, nos anos 70 do século XV	105
Ser rei	105
Corpos permanentes e artilharia	107
Concelhos e pelouros	108
Comarcas e rendas da Coroa em 1473	109
Zonas económicas para lá do Bojador	111
Ouro e escravos	113
As ilhas	114
«Por cavalgadas os navios»	115
Contratos e judeus	116
Amostragem do capital financeiro	117
Guerra e diplomacia	118
Lisboa pula as muralhas	119
Cantos e trovas	120

III. ÍNCLITA GERAÇÃO

Infante D. Pedro, o das Sete Partidas	125
Do mito e da utopia	125
Horizonte geográfico e temporal	127
Da voz e do rosto do infante D. Pedro	129
O projeto	134
Percurso político	138
Estórias e discurso lógico	142

Henrique, o Navegador	145
Rodas celestes e oráculo divino	145
Berço	147
Ceuta e o destino	150
Gil Eanes	154
Política, a de transporte e a de fomento	155
Tânger	157
Conflitos e regência	160
O governo de D. Pedro e o exclusivo da navegação para lá do Bojador	162
A casa senhorial henriquina.....	166
Alfarrobeira.....	171
Honra e comércio	174
Sagres. Realidade e mito.....	176
Traços finais	177

D. João II (1455-1495). Esboços para um retrato	183
O retrato por Rui de Pina	184
O retrato por Garcia de Resende.....	186
Algumas notas comparativas	188
Teias que envolviam a ação	189
A Casa do Príncipe	192
O rei senhor do reino.....	194
A morte do duque de Bragança.....	196
A morte do duque de Viseu.....	198
A política europeia	200
A política atlântica	203
Suporte social e político	206
A morte e o mito.....	208

IV. VIAGENS E VIAJANTES

No rasto de Cabral	215
Os navegantes.....	215
Da terra e dos homens.....	217
A construção do Brasil	220
À maneira de harpa	225
Riqueza, comércio e capital	228

A Corte e os autos de Gil Vicente	233
Na guerra anda Deus por capitão	234
Sinais da Europa	237
Crítica e reforma do clero	239
Defesa da unidade da Igreja	240
Cristãos-novos e unidade do Estado	242
Riqueza e pobreza	245
Defesa do lavrador	246
D. João de Castro e o Racionalismo Moderno	249
Introdução biográfica	249
Estudar o céu, o ar e o mar	252
A prática reprova opiniões dos Antigos.....	254
O conhecimento das coisas humanas e divinas.....	255
Ser e conhecer	255
Nunca se acaba de saber.....	256
Os sentidos obedecem ao entendimento	256
A variação da agulha e o método experimental.....	257
Demonstração matemática e a prática dos homens do mar	258
O saber em Garcia de Orta	261
Limites geográficos-temporais do saber	263
Gregos, arábios e modernos	264
A utensilagem do saber	265
Vida perigosa e saber	267
A posição de Orta	267
Saber o que é?	268
O ser e o saber.....	268
Modos de saber	269
O método do saber físico	270
Ver-observar e ver-experimentar	271
Nos 400 anos da morte de Luís Vaz de Camões	273
<i>Os Lusíadas</i> , poema nacional	273
«Olhos não são iguais»	276
Verdade, Amor, Razão, Merecimento	278
A <i>Elegia VI</i> e as bandeiras ideológicas.....	279

Clio e a <i>Peregrinação</i> de Fernão Mendes Pinto	285
Medimos as coisas narradas pelo que temos diante	
dos olhos	287
A <i>Peregrinação</i> é um todo verdadeiro	289
A magia do número	291
Os poderosos acreditaram	293
Nos mares de Malaca, Indochina, China e Japão	294
Corsários, fidalgos, mercadores	296
O caso do ouvido-geral da Índia Gaspar Jorge	298
Mudar de pele	300
Mulheres e meninos.....	301
Liampó.....	303
Estratégia.....	304
Guerra naval.....	306
Furtar e pregar	307
O padre Antônio Vieira ousou todos os limites	313
A escravatura dos negros	314
Inquisição e cristãos-novos.....	317
A escravatura dos índios	323
Epílogo.....	327
V. DUARTE GOMES SOLIS: O DISCURSO DE UM MERCADOR BANQUEIRO	
Um homem na sua época	335
Numerar os homens.....	337
Contas do reino e do império	338
Ricos e pobres	342
Guerras de religião e guerras de comércio.....	346
Ciência que se tem e ciência que se usa.....	347
O dinheiro e a felicidade dos homens.....	350
Roteiro de uma vida	359
Para a análise de um discurso	367
Aparelho e autores	369
Horizonte geográfico.....	372
Três ângulos de um triângulo	375

Diagnóstico e razões da «miserável ruína».	
Para um diagnóstico da crise	377
Causas gerais	379
A união de Castela	379
A pressão dos inimigos	380
A falta de «bom governo político»	381
Ódio aos mercadores	383
Malaca e a política das fortalezas	384
O comércio da pimenta	385
A política do mar	387
Minas de ouro ou o cultivo e as artes?	389
Remédios para a crise	391
Favor à mercadoria	391
Bancos e crédito	393
«Universidade» de mercadores	394
As vias marítimas e as armadas	395
Propostas sobre o comércio oriental.....	397
A Companhia da Índia Oriental.....	399
Anos de 1627-1628.....	399
Companhia: Sim, mas principalmente Não.....	401
Favor às artes mecânicas	403
Favor à agricultura.....	404
Os modelos	407
China, o melhor dos governos	407
O inimigo modelo	408
O modelo Brasil	410
Alguns pontos teóricos à guisa de conclusão	413
Ouro, prata e moeda	413
Ciência e mercadoria.....	416
O económico e o político	417
Adversários sociais.....	418
Nota final	419
Bibliografia	421

PRIMEIRA RESERVA DO MUNDO RECÉM-DESCOBERTO E A DESCOBRIR¹

A atribuição ao infante D. Henrique, em 1443, do exclusivo da navegação para lá do Bojador constitui em si mesma uma primeira decisão nacional de reserva daqueles novos mares e territórios. Este exclusivo será confirmado por D. Afonso V em 1448, 1449 e 1454.

Neste ano de 1454 são dois os diplomas de doação, ambos datados de 7 de junho. No primeiro o monarca confirma ao Infante o senhorio das costas de Guiné e Etiópia, «*vizinhos daquele Oceano Mar*» donde por armas, por tratos e composição amigável têm vindo escravos negros «*e está bem azado e encaminhado de vir de lá, ligeiramente, muito ouro que as leis imperiais, por subtil engenho, lhes mandam escoar das nações bárbaras*». A doação deste senhorio não pode ser revogada e envolve jurisdição civil e criminal, designadamente sobre as «*contendas entre mercadores que àquelas partes vão pela água*»².

O ouro começava a gotejar e invocava-se o direito romano para legitimar retirá-lo às nações «bárbaras». Por outro lado, mercadores e pescadores parecem ser os homens que avançam no Mar Oceano no resgate dos escravos, do ouro e das pescarias.

No segundo documento de 1454, também datado de 7 de junho, D. Afonso V afirma que, sob a administração do Infante D. Henrique, a Ordem de Cristo, «*além do divino culto e espiritual acrescentamento em que certamente recebeu manifesta*

¹ Publicado na revista *Oceanos*, n.º 18, Junho de 1994.

² *Monumenta Henricina*, XII, p. 1.

melhoria», acrescentou, longe dos seus antigos termos, muitas ilhas grandes e proveitosas. Aliás, sem «*as cousas temporais, a espiritualidade nem a militar disciplina, per uma devota e religiosa vontade recebida, sostuda ser não pode*».

E que o Infante, prossegue o diploma, «*por autoridade nossa conquistou as praias de Guiné, da Núbia e Etiópia. Ora nós queremos que a Ordem de Cristo haja para todo o sempre toda a espiritual administração e jurisdição, assim como o há em Tomar que é cabeça da dita ordem, das praias, costas, ilhas, terras conquistadas e por conquistar de Guiné, Núbia, Etiópia e por quaisquer outros nomes por que sejam nomeadas*»¹.

A Ordem de Cristo mantém cobertura legal para firmar e dilatar o seu senhorio espiritual, indissociável das cousas temporais, sobre as novas terras. O material não pode desligar-se do espiritual e sem o material a espiritual disciplina não pode ser sustida.

A bula *Romanus Pontifex*

Estas cartas de Afonso V precedem a feitura e promulgação da bula *Romanus Pontifex*. Estamos em crer que preparam a sua negociação, levada a bom termo em Roma pelo cavaleiro da Ordem de Santiago Nuno Fernandes Tinoco, que se apresenta como embaixador do Infante e do rei português. O reconhecimento expresso por parte do rei de Portugal do senhorio da Ordem de Cristo e, portanto, implicitamente, da Igreja sobre aqueles mares e territórios só poderia favorecer o bom termo das negociações.

E correu esta empresa de maneira que, tendo os navios avisado e ocupado muitas ilhas, portos e mares, chegaram à foz dum grande rio na costa da Guiné que se crê o Nilo. Durante alguns anos moveu guerra aos povos dessas regiões, subjugando, e mais tarde possuindo pacificamente ilhas vizinhas. Muitos guinéus e outros negros, tomados por força e alguns também trocados por mercadorias não proibidas, foram levados para os ditos reinos onde em grande número foram convertidos à fé católica.

¹ *Ibidem*, XII, p. 4

Em certo momento, rei e Infante decretaram que ninguém, estrangeiro ou não, navegasse para essas paragens sem carta de licença e, com carta, só mediante tributo e em suas naus e com os seus navegadores. E porque alguns estrangeiros poderiam querer navegar para essas paragens, a bula concede a D. Henrique e a Afonso V, para sempre, a posse das províncias, ilhas, portos, lugares e mares já adquiridos ou que vierem a adquirir, qualquer que seja a sua quantidade, grandeza, qualidade, e bem assim a dita conquista, desde o cabo Bojador. E que nessas partes possam comprar e vender, contratar, transacionar, tratar, ajustar e negociar com sarracenos quaisquer mercadorias, exceto ferramentas, madeira, cordas ou armaduras, armas, ferros e cordoalha; e não possam ensinar-lhes a arte de navegar.

Requeridos pelo rei D. Afonso ou pelo Infante, o arcebispo de Lisboa, o bispo de Silves e de Ceuta deveriam publicar a bula nas igrejas, aos domingos e dias de festa, dirigindo-se em especial às pessoas e coletividades que incorrem nas sentenças de excomunhão e interdito lançados contra os que violarem o seu conteúdo. Decorrido o prazo de dois meses após a afixação da bula ou respetivas cartas de sentença nas portas das igrejas de Lisboa, as excomuniões ligariam todos e cada um dos contraventores¹.

Assinada a 8 de janeiro de 1455, a bula *Romanus Pontifex* será publicada em Roma a 22 de abril desse ano, nos paços do futuro cardeal D. Jaime, filho do Infante morto em Alfarrobeira. Dizia na sentença o futuro cardeal: a bula fora-lhe apresentada e ao bispo de Silves, D. Álvaro, por Nuno Fernandes Tinoco, procurador de D. Henrique e D. Afonso V. Os que não cumprissem o seu clausurado sofreriam a excomunhão como pena individual e o interdito como pena coletiva. E manter-se-iam as penas enquanto não satisfizessem o rei e o Infante com condigna reparação ou com eles se não compusessem amigavelmente. Testemunhavam António Martins, presbítero olisiponense, e Afonso Eanes, clérigo da diocese de Coimbra, familiares do arcebispo de Lisboa D. Jaime².

A bula será depois publicada em Lisboa por três vezes, duas em 1455 e uma em 1456. Esta insistência e a solenidade com que é publicada e pregada, inculca que navegadores e mercadores

¹ *Ibidem*, XII, p. 71.

² *Ibidem*, XII, p. 118.